

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MJSP - POLÍCIA FEDERAL UNIDADE DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS - URE/NUMIG/DELEX/DPF/CAS/SP

Decisão nº 34014227/2024-URE/NUMIG/DELEX/DPF/CAS/SP

Processo: 08506.000607/2024-96

Assunto: Alteração de assentamento

Interessado: ANDREA PIERINA EGO AGUIRRE COLONIA

Trata-se de avaliação da existência de erro administrativamente corrigível no registro do interessado **ANDREA PIERINA EGO AGUIRRE COLONIA**, cujo RNM é F934499E

Pleiteia a interessada que o nome do sua genitora seja alterado em seu RNM. Ao invés de JANET MELAGRITOS COLONIA BASTRA, seria JANET MILAGRITOS COLONIA BARTRA

O documento (33571946) apresentado na época do atendimento comprova que realmente o nome de sua genitora é **JANET MILAGRITOS COLONIA BARTRA**, ocorrendo um erro material na confecção da CRNM.

O art. 77 do Decreto 9.199/2017 prevê a correção administrativa de erros materiais no registro e emissão emissão de CRNMs, *ex vi*:

"Art. 77. Os **erros materiais** identificados no processamento do registro e na emissão da Carteira de Registro Nacional Migratório serão retificados, de ofício, pela Polícia Federal."

Sem embargo, o art. 14, §1.º da Instrução Normativa 142/2018-DG/PF **conceitua erro material** como a diferença de grafia entre o documento hábil apresentado pelo interessado à época da solicitação da autorização de residência e a respectiva informação inserida no SISMIGRA. Já o §3.º do referido dispositivo exige que o reconhecimento de tal erro seja documental e expresso e de acordo com a documentação apresentada pelo interessado quando do seu registro:

"Art. 14. Caberá alteração do RNM prevista no artigo 77 do Decreto nº 9.199/2017, por meio de requerimento do interessado endereçado à unidade da PF da circunscrição de seu domicílio, devidamente instruído com as provas documentais necessárias, bem como com a solicitação de expedição de nova CRNM, para correção de ofício dos erros materiais identificados.

§ 1º Entende-se por erro material a diferença de grafia entre o documento hábil apresentado pelo interessado e a respectiva informação inserida no SISMIGRA ou os casos de inserção abreviada

(...)

§ 3º O reconhecimento do erro que justifica a alteração solicitada perante a PF deverá ser documental e expresso pelo órgão responsável no Brasil ou no exterior, de acordo com a documentação apresentada pelo interessado quando de seu registro, não sendo cabível o reconhecimento tácito"

Com efeito, em observância à legislação pertinente, a mudança no RNM só poderá ser realizada pela Policia Federal quando houver um erro material, o que foi constatado nesta situação, pois se trata de diferença de grafia entre o documento apresentado à época pela interessada e a informação inserida no SISMIGRA.

Isso posto, **DEFIRO** o pedido para alteração de assentamento solicitada, de forma que seja corrigido o nome de sua genitora.

GUSTAVO ZANUTIN CAMPOS DE SOUSA NÓBREGA

Agente de Polícia Federal NUMIG/DELEX/DPF/CAS/SP



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO ZANUTIN CAMPOS DE SOUSA NOBREGA**, **Agente de Polícia Federal**, em 23/02/2024, às 09:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°, § 1°, do <u>Decreto nº 8.539</u>, <u>de 8 de outubro de 2015</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=34014227&crc=62C3D073.

Código verificador: 34014227 e Código CRC: 62C3D073.

Referência: Processo nº 08506.000607/2024-96 SEI nº 34014227